UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ana Carolina Pontel

AS FUTEBOLISTAS DO GUARANI FUTEBOL CLUBE RETRATADAS PELOS JORNAIS CORREIO POPULAR E DIÁRIO DO POVO, DE CAMPINAS, NOS ANOS DE 1983 E 1984

Campinas
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ana Carolina Pontel

AS FUTEBOLISTAS DO GUARANI FUTEBOL CLUBE RETRATADAS PELOS JORNAIS CORREIO POPULAR E DIÁRIO DO POVO, DE CAMPINAS, NOS ANOS DE 1983 E 1984

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção dos títulos de Bacharela e Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Heloisa Helena Baldy dos Reis

Campinas
2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio dos Santos Augusto - CRB 8/4991

P777f

Pontel, Ana Carolina, 1988-
As futebolistas do Guarani Futebol Clube retratadas pelos jornais Correio Popular e Diário do Povo, de Campinas, nos anos de 1983 e 1984 / Ana Carolina Pontel. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Heloisa Helena Baldy dos Reis.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Futebol. 2. Mulheres. 3. Futebol para mulheres. 4. Gênero. I. Reis, Heloisa Helena Baldy dos. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: The Guarani Futebol Clube women's football players portrayed by Correio Popular and Diário do Povo newspaper of Campinas, in the years 1983 and 1984
Palavras-chave em inglês:
Soccer
Women
Women's football
Genre
Titulação: Bacharela e Licenciada
Banca examinadora:
Osmar Moreira de Souza Júnior
Data de entrega do trabalho definitivo: 29-11-2017

Ana Carolina Pontel

AS FUTEBOLISTAS DO GUARANI FUTEBOL CLUBE RETRATADAS PELOS JORNAIS CORREIO POPULAR E DIÁRIO DO POVO, DE CAMPINAS, NOS ANOS DE 1983 E 1984

Esse exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Curso de Graduação defendida por Ana Carolina Pontel e aprovada pela Comissão Julgadora em:

__/__/__.

Profª Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

Profº Dr. Osmar Moreira de Souza Júnior
Banca

Campinas
2017

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os envolvidos de alguma maneira com o futebol de mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família. Ao meu pai Jacinto Pontel, à minha mãe Maria de Lourdes Piacenti Pontel, à minha irmã Priscila Pontel Ferreira, aos meus primos Gustavo Pontel e Heloisa Pontel.

Agradeço à minha orientadora Heloisa Helena Baldy dos Reis pela paciência, oportunidade e confiança em meu trabalho.

Agradeço aos meus amigos e amigas de faculdade, amigos(as) que levarei em minha lembrança do melhor momento da minha vida, em especial Vivian Lima, Harian Braga, Jéssica Paloma, Patrícia Porfírio.

Agradeço à banca em aceitar o convite e fazer parte desse importante momento da minha vida acadêmica.

Agradeço aos funcionários da Rede Anhanguera de Comunicação por abrir as portas do seu arquivo para que esse estudo fosse possível.

Agradeço a todos os envolvidos direta ou indiretamente nessa monografia.

PONTEL. Ana Carolina**. As futebolistas do Guarani Futebol Clube retratadas pelos jornais Correio Popular e Diário do Povo, de Campinas, nos anos de 1983 e 1984**. 2017. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) − Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

RESUMO

O futebol é visto para muitos como paixão nacional. Porém essa paixão é restrita ao universo do futebol praticado por homens. Atualmente as pesquisas demonstram que a mídia muitas vezes gera um discurso machista e preconceituoso frente às mulheres que tem o futebol como sua prática esportiva, inclusive estereotipando e coisificando as mulheres como objetos sexuais, ou seja, a abordagem das mulheres atletas, via de regra, é feita a partir da sua erotização. Até o ano 1979, o futebol de mulheres era proibido legalmente, entretanto, isso não significou a ausência de prática do futebol por mulheres. No entanto, por causa da ilegalidade dessa prática, não existiam campeonatos oficiais da modalidade. Após a deliberação no ano de 1979, foi permitido às mulheres brasileiras a prática de várias modalidades esportivas até então proibidas. Entre as equipes formadas a partir desse contexto, a principal e pioneira equipe feminina da cidade de Campinas é o Guarani Futebol Clube. O objetivo desta monografia foi analisar como o futebol de mulheres foi retratado pelos jornais campineiros nesse que foi um período áureo do futebol de mulheres na cidade de Campinas. O período investigado compreende os anos em que essa equipe esteve ativa, ou seja, os anos de 1983 e 1984. Por meio deste estudo, foi possível observar a ascensão do futebol de mulheres em Campinas após a liberação da sua prática legal. A referida equipe tornou-se um importante comparativo com o período atual do futebol de mulheres, em especial ao tratarmos do termo profissionalismo. Também foi possível constatar por meio das matérias jornalísticas a exaltação das equipes após suas goleadas, a erotização das jogadoras e a falta de apoio ao futebol de mulheres.

Palavras-chaves: futebol, mulheres, futebol feminino, gênero.

PONTEL. Ana Carolina**. The Guarani Futebol Clube women's football players portrayed by Correio Popular and Diário do Povo newspapers of Campinas, in the years 1983 and 1984**. 2017. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) − Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

ABSTRACT

Soccer is generally seen as national passion. However, this passion is restricted to soccer's universe practiced by men. Currently, researches are showing that the media often generates a male chauvinism and prejudiced discourse against women who have soccer as their sport practice. In addition, the media is stereotyping and reducing women to sexual objects, in other words, the approach of female athletes, as a rule, it is made from their erotization. Until the year 1979, women's soccer was legally banned, on the other hand it did not mean the absence of women's soccer practice. Despite that, because of the illegality of the practice, there were no official championships of the sport. After the deliberation in 1979, it was allowed Brazilian women to practice various sports modalities until then prohibited. Among the teams constructed from this context, Campinas' city adheres to women's soccer, whose main and pioneering team is the Guarani Soccer Club. From this scenario, the aim of this monograph is to analyze how the women's football was portrayed by Campinas' newspapers during this period called the golden period of women's football in Campinas. The period investigated comprises the years in which this team was active, that is, the years 1983 and 1984. Through this study, it was possible to observe the rise of women's football in Campinas after the release of their legal practice, which had as its main and pioneer the team of Guarani Soccer Club. The team has become an important step in comparison to the current period of women's football, especially dealing with the term of professionalism. It was also possible to see through the news stories the exaltation of the teams after their triumph, the erotization of the players, and the lack of support for women's football.

Keywords: soccer, women, women's football, genre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1a – Matéria Revista Placar, 1983 16
Figura 1b – Matéria Revista Placar, 1983 16
Figura 2 – Matéria Revista Placar, 1983 17
Figura 3 – Referida equipe.....19
Figura 4 – Reportagem.....22
Figura 5 – Reportagem.....22
Figura 6 – Reportagem.....23
Figura 7 – Título de Reportagem.....24
Figura 8 – Reportagem.....24
Figura 9 – Reportagem.....25
Figura 10 – Reportagem.....25
Figura 11 – Reportagem.....26
Figura 12 – Reportagem.....26
Figura 13 – Título de Reportagem.....26
Figura 14 – Equipe da Ferroviária de Araraquara.....30

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRSSC – Associação Beneficente e Recreativa dos Subtenentes e Sargentos de Campinas

ATREFE – Assessoria Técnica da Reitoria para a Educação Física e Esportes

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CMU – Centro de Memória da Unicamp

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FPF – Federação Paulista de Futebol

LCF – Liga Campineira de Futebol

RAC – Rede Anhanguera de Comunicação

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. Futebol e futebol de mulheres 13

2. Guarani Futebol Clube 18

3. Reportagens 20

4. Profissionalismo: um diálogo entre passado, presente e futuro 27

CONSIDERAÇÕES FINAIS 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS 33

INTRODUÇÃO

O futebol esteve presente em todas as fases da minha vida. Desde o primeiro chute na casa de minha avó, aos seis anos de idade, ao balançar das redes em campeonatos. Como atleta de futsal e campineira, interessei-me pela temática das mulheres no futebol e futsal em minha cidade. A ideia de estudo foi prontamente aceita por minha orientadora, ex-futebolista e uma das pioneiras do esporte na região de Campinas nos anos de 1983 e 1984.

O objetivo desta monografia consiste em analisar como a mídia impressa campineira retratava o futebol de mulheres. Os jornais Correio Popular e Diário do Povo foram escolhidos porque ambos eram de circulação regional nas bancas, soma-se a isso a importância que o futebol de mulheres teve em Campinas em seu período áureo, juntamente com a equipe do Guarani Futebol Clube, popularmente chamada de equipe bugrina. Recortamos os anos de 1983 e 1984 por ser esse o período em que a referida equipe esteve ativa (MOURA, 2003).

Realizamos uma revisão de literatura referente a esse assunto, a qual deu origem ao primeiro capítulo, intitulado de "Futebol e Futebol de Mulheres". Nesse capítulo, apontamos a origem do futebol de mulheres assim como a sua proibição na década de 1940. Trouxemos ainda a deliberação de 1979 a qual diz respeito a legalização da modalidade, além do tratamento e importância que a mídia retratava o futebol de mulheres.

No capítulo seguinte, intitulado "Guarani Futebol Clube", abordamos a origem da equipe bugrina no cenário futebolístico da década de 1980, assim como seu repentino fim. Tal equipe foi importante para aprofundarmos as questões analisadas no capítulo seguinte.

No terceiro capítulo, "Reportagens", as matérias encontradas foram estudadas por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), cuja concretização recorre em três polos. O primeiro corresponde a pré-análise, no qual foi possível realizar o levantamento das matérias nos jornais escolhidos os quais retratavam o futebol de mulheres. O segundo polo refere-se à exploração das matérias, etapa a qual possibilitou a codificação das palavras recorrentes por meio de palavras chaves determinadas de acordo com o interesse da investigação. Por último, o tratamento dos resultados propriamente ditos, que permitiu dividir em diferentes categorias discutidas *a posteriori*

nessa monografia. Tal capítulo foi fundamental para a monografia, e possibilitou por meio das categorias, expandir a discussão do termo profissionalismo encontrado nas reportagens. Esse termo será melhor discutido no quarto capítulo, intitulado "Profissionalismo: um diálogo entre passado, presente e futuro".

Para finalizar a monografia, apresentamos as considerações finais.

1. FUTEBOL E FUTEBOL DE MULHERES

Nesta monografia utilizamos o termo “futebol de mulheres” em vez do termo “futebol feminino”. “Futebol de mulheres” foi utilizado por Kessler (2012) em seu artigo *“Se é futebol, é masculino?”*, a autora diz utilizar a palavra “mulheres” no lugar de “feminino” por tratar o futebol como algo além da sua feminilidade, ou seja, de uma mulher frágil como era estereotipado na sociedade brasileira e também dentro dos gramados. Segundo Goellner, Silva e Botelho-Gomes (2013, p. 171):

> A utilização do termo "futebol praticado por mulheres" se dá em contraposição à expressão corriqueiramente utilizada "futebol feminino". Sob a ótica dos estudos de gênero, sugere uma alteração conceitual e política em função da compreensão de que masculino e feminino são atributos culturais e não necessariamente relacionados ao sexo biológico.

No entanto, o termo “futebol feminino” ainda é utilizado pela instituição responsável por essa modalidade esportiva no Brasil, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Com relação a esse termo, é interessante refletir acerca de sua tradução do inglês, uma vez que a Federação Internacional de Futebol (FIFA) utiliza o termo *women’s football*, cuja tradução livre é futebol de mulheres. A expressão futebol feminino se dá nas traduções do português, espanhol e francês, por exemplo. Algumas vezes será utilizado nesta pesquisa com o intuito de ser fidedigno ao termo encontrado nas reportagens e bibliografias analisadas.

A gênese do futebol como um esporte moderno teve início no século XIX na Inglaterra. Na altura, já no Brasil, a palavra passatempo foi substituída pelo termo *sport*, importado da Inglaterra, para designar os jogos regrados oficialmente e institucionalizados (REIS, 2006).

Souza Júnior (2013) afirma que a primeira relação entre mulheres e esportes no Brasil se dá inicialmente nas arquibancadas, como espectadoras. Essa prática já era observada nos anos 1880 e 1890, com o remo e a equitação, e permaneceu nos primeiros anos do advento do futebol no país.

No início do século XX, os clubes do Rio de Janeiro, nos quais o futebol era praticado, proibiam as mulheres de tornarem-se sócias, permitiam apenas que esposas e filhas solteiras dos homens associados frequentassem o clube. Tal permissão era justificada pela oportunidade de ocorrer possíveis casamentos entre a elite ali presente, um cenário de paquera (SOUZA JÚNIOR, 2013).

O futebol que antes era praticado por homens da elite brasileira passou por um processo de popularização, as camadas médias e subalternas da sociedade passaram a jogar, não em clubes, mas em locais de terra batida. Surgem então as equipes de operários, artesãos e comerciantes, como por exemplo o Sport Club Corinthians Paulista, em São Paulo, em 1910, e o Sport Club Internacional de Porto Alegre, em 1909 (SOUZA JÚNIOR, 2013).

A popularização do futebol contribuiu para dois fatores de afastamento da presença das mulheres dos estádios. O primeiro diz respeito à visão do lucro dos clubes com as vendas de ingressos para as partidas, pois, àquela altura, a entrada era gratuita e voltada a esposas e/ou filhas dos homens sócios dos clubes. O segundo motivo era uma suposta violência que se inicia nas partidas com a apropriação do futebol pelas classes subalternas nos campos (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Contudo, no ano de 1913, o jornal Correio Paulistano (Moura, 2003, p. 9) dá evidências de mulheres praticando futebol, em prol do hospital da Cruz Vermelha:

> Realiza-se hoje, no Velodromo Paulista, uma attrahente festa sportiva, em benefício do hospital das crianças da Cruz Vermelha. Foi organizado um interessante macht de foot-ball, no qual os rapazes do Sport Club Americano prepararam magníficas surpresas. Esse match será jogado entre um team de senhoritas e outro de rapazes.

Essa partida marca a inserção das mulheres no futebol, pois é a primeira vez que se noticia tal atividade. Porém, o jogo foi realizado por homens travestidos de mulheres (MOURA, 2003). O mesmo autor defende que esse episódio não desmerece a participação da mulher no futebol, pois são elas as idealizadoras do evento da Cruz Vermelha citado, dando abertura à participação da mulher no futebol para além da assistência.

No ano de 1921, com o jogo de senhoritas Tremembenses *versus* Cantareirenses, ocorre um dos episódios mais relevantes ao estudar a origem do futebol de mulheres no Brasil. Esse acontecimento é, de fato, ocasião em que se tem o primeiro jogo praticado por mulheres, além de ser o primeiro jogo de caráter não beneficente na história do futebol feminino brasileiro (MOURA, 2003).

O futebol de mulheres é marcado pelo discurso machista e preconceituoso há décadas. O machismo começa a ser percebido quando médicos se posicionam contra a prática do futebol por mulheres, alegando ser um esporte violento, que acabaria com a beleza feminina e comprometeria a maternidade (função social da mulher). Tal passagem data dos anos 1940, época em que a imprensa carioca e outros grupos (médicos, professores, intelectuais) estão dispostos a retratarem o futebol de mulheres como algo prejudicial a sua função reprodutora, sendo que antes o futebol era aceito pela sociedade (MOURA, 2003).

Franzini (2000) reproduziu, em sua dissertação de mestrado, uma carta de um cidadão, José Fuzeira, datada de abril de 1940, que diz que a mulher tem como função social a reprodução e que a prática do futebol afetará seu sistema reprodutor (pois é um esporte "violento"), impedindo-a de gerar filhos. Dessa forma, no âmbito do esporte, cabia às mulheres serem meras espectadoras, ou então participarem de eventos incomuns no contexto do futebol, como os concursos de beleza nos periódicos da época (MOURA, 2003).

Nesse período, o Brasil sofreu mudanças na legislação esportiva e, em 1941, por meio da criação do decreto lei n. 3199, é proibida a prática de futebol por mulheres (BRASIL, 1941). Mesmo com a proibição legal, alguns jornais da época posicionaram-se a favor da prática do futebol por mulheres. Como exemplo, o *Jornal dos Sports* no Rio de Janeiro publicando matérias de apoio ao futebol de mulheres (MOURA, 2003).

O futebol de mulheres sempre esteve atuante no Brasil, mesmo a prática sendo ilegal, as mulheres resistiam e jogavam, principalmente na cidade do Rio de Janeiro (MOURA, 2003). Tal proibição não impediu que as mulheres participassem como torcedoras durante esse período. Entre elas, temos como exemplo a Dona Elisa (torcedora do Corinthians em 1953) e Dulce Rosalina (torcedora do Vasco da Gama em 1961). Dulce Rosalina foi a primeira mulher a liderar uma torcida organizada, a TOV (DA COSTA, 2007).

Ao longo dos anos, o futebol de mulheres pareceu "adormecido", voltou à tona na década de 1970, com os movimentos feministas e por influência internacional (REIS, 1998). Assim, no ano de 1979, o Conselho Nacional de Desportos assegurou às mulheres o direito legal de jogarem futebol (BRASIL, 1979). A partir desse momento, surgem equipes de importante expressão para o espaço futebolístico de mulheres, como

o Guarani Futebol Clube na cidade de Campinas e o Radar no Rio de Janeiro (MOURA, 2003).

O discurso machista sempre existiu e ainda existe quando se fala em futebol de mulheres. Isso é demonstrado no discurso das mídias e em parcela da população. A Revista Placar é um exemplo a ser citado, em suas reportagens, a mulher é tratada como um ser exótico no esporte e retratada de modo erotizado ao apresentá-las seminuas nas capas e reportagens. Ou ainda, a revista desqualifica as mulheres como jogadoras e é racista, como no caso da reportagem "As belas e as feras", na qual as bonitas são mulheres brancas e as feras foram representadas com a foto de uma jogadora negra. Nas palavras da Revista Placar de outubro de 1983:

> Sim, o futebol feminino pode ser jogado por belas, como a jovem colorada das duas páginas anteriores, ou por feras − conforme aconteceu este mês, no Estádio de Moça Bonita, Rio de Janeiro, durante o jogo entre o Bangu e Radar. [...] De repente começaram as cenas de selvageria, mostradas mais tarde na televisão. [...] Na semana passada, Castor e suas perigosas meninas receberam uma suspensão preventiva de 30 dias. [...] Resta torcer para que, no futuro, o futebol feminino tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter − **e que as feras voltem às jaulas**. (Revista Placar, 28/10/1983, grifo meu)

Figura 1a – Revista Placar

Fonte: Revista Placar (28/10/1983).

Figura 1b – Revista Placar

Fonte: Revista Placar (28/10/1983).

Figura 2 – Revista Placar

FUTEBOL FEMININO

...E AS FERAS

Elas brigam também — e às vezes brigam feio, como na selvagem agressão ao juiz da decisão do Campeonato Carioca

Sim, o futebol feminino pode ser jogado por belas, como a jovem colorada das duas páginas anteriores, ou por feras — conforme aconteceu este mês, no Estádio de Moça Bonita, Rio de Janeiro, durante o jogo entre Bangu e Radar.

Era a decisão do I Campeonato Carioca de Futebol Feminino. O Radar, embora visitante, ganhou por 1 x 0, gol da apoiadora Cerina. De repente, começaram as cenas de selvageria, mostradas mais tarde na televisão. Irritado porque o árbitro Ricardo Ferreira não marcara um "pênalti indiscutível" a favor de seu time, o notório presidente do conselho deliberativo do Bangu, Castor de Andrade — que, aborrecido, agora promete evitar ir aos jogos do seu clube —, comandou seguranças e torcedores num massacre contra o juiz. Junto a eles, estavam três jogadoras da equipe da casa: Sandra, Betinha e Sara.

Na semana passada, Castor e suas perigosas meninas receberam uma suspensão preventiva por 30 dias. Quem achar que foi pouco, pode esperar pelo novo julgamento, marcado para esta terça-feira, dia 25. Mas sem muitas esperanças. "Futebol é paixão", filosofa o eterno presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Otávio Pinto Guimarães. "E paixão é assim mesmo." Se isso pode pronunciar alguma absolvição, resta torcer para que, no futuro, o futebol feminino tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter — e que as feras voltem às jaulas.

Sara, do Bangu: suspense

Castor de Andrade: irritado, comandou toda a perseguição

Jogadoras do Rio já haviam intimidado outros árbitros (acima, as "feras" do Ponto Frio). Mas o clímax de violência aconteceu no campo do Bangu — o Moça Bonita. A vítima foi o juiz Ricardo Ferreira

Fonte: Revista Placar (28/10/1983).

Outro assunto encontrado na literatura é a questão do profissionalismo. Segundo Reis (2006), o futebol profissionalizado teve início em 1885 na Inglaterra, com o interesse dos espectadores em pagar para assistir aos jogos, enquanto no Brasil, o futebol passa a ser profissionalizado nos anos 1933 já na sua forma espetacularizada.

Como esporte legalizado, encontra-se divergência ao abordar o futebol como profissão. Se por um lado a lei n. 9.615 (BRASIL, 1998) retira o termo "amador" da legislação esportiva, observamos por outro lado a presença do uso do termo ainda em vigor no país. Esse assunto será melhor abordado no Capítulo 4 desta monografia.

2. GUARANI FUTEBOL CLUBE

Para iniciarmos o diálogo entre o time Guarani e o futebol de mulheres, é importante situar o contexto social e o espaço futebolístico na época. Fundado em 1911, o time de homens profissionais do Guarani Futebol Clube conquistou o título de Campeão Brasileiro no ano de 1978, tornando-se o primeiro clube do interior de São Paulo a conquistar um título dessa magnitude[1].

Já o futebol de mulheres do Guarani Futebol Clube teve sua gênese no ano de 1982 nos campeonatos internos de futsal[2]. Da prática tida como lazer às associadas do clube, surgiu o interesse em formar uma equipe de futebol feminino para participar de jogos preliminares da equipe profissional de futebol masculina:

> No jornal Correio Popular, de 04 de setembro de 1983, afirmava-se que a idéia de compor uma equipe de futebol feminino no Guarani teria surgido no mês de abril do corrente ano, com o intuito de ser apenas um atrativo, um jogo preliminar da partida principal entre as equipes masculinas do Guarani Futebol Clube e Corinthians, a ser realizada no estádio Brinco de Ouro. Aconteceram alguns problemas, e a partida foi adiada para o jogo contra o Goiás. A partir disso, a equipe foi formada e a ela incorporadas jogadoras não associadas do clube. O grupo de mulheres não sócias tomou conta do "pedaço", representando o Guarani nos jogos e torneios. (MOURA, 2003, p. 67)

Esse projeto possibilitou a formação de um time composto, em sua maioria, por jogadoras não sócias do clube, o que gerou um caráter competitivo para a equipe, destacando o time em torneios e jogos da cidade.

Com a formação da equipe feminina, o Guarani Futebol Clube também foi o time pioneiro de mulheres e o mais importante do interior paulista na época, conquistando títulos (na maioria das vezes de maneira invicta) e ganhando espaço na mídia, principalmente no meio jornalístico com os jornais Correio Popular e Diário do Povo (os jornais campineiros de maior circulação na altura).

Moura (2003) afirma que o futebol de mulheres do Guarani Futebol Clube trouxe alegrias e entusiasmos às mulheres e meninas que gostavam de futebol na cidade

[1] Única equipe campineira a conquistar esse título até a data desta monografia.
[2] Ver: <http://www.guaranifc.com.br/portal/web/paginas/pagina/tag/futebol-feminino>. Acesso em: 29 out. 2016.

de Campinas e região, aumentando a participação feminina em peneiras[3] para que novas meninas pudessem compor o elenco da equipe (ver figura 3). Apesar da aparente repercussão positiva, Moura (2003) relata o término da equipe no ano seguinte, 1984, em razão de política interna do clube.

Figura 3 – Referida equipe nos anos 1983 e 1984

Fonte: Acervo Fernando Pereira, disponível em: <http://futebolfeminino.museudofutebol.org.br/teste/?p=977>. Acessado em: 25 de nov. de 2017.

Observava-se também a rotatividade das jogadoras, ou seja, não ficavam por muito tempo defendendo um único time. Os clubes não eram incentivados e obrigados a manterem equipes femininas, e não havia apoio da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e demais associações futebolísticas ou um *modus operandi* para que soubessem lidar com o preconceito com mulheres praticantes do futebol. Ainda hoje, a equipe brasileira feminina é lembrada apenas em anos de Jogos Olímpicos, e ainda se possível de chance em conquistar alguma medalha ao Brasil.

[3] Processo seletivo para compor o elenco da equipe

3. REPORTAGENS

A busca pelas reportagens teve início com jornais guardados no arquivo pessoal da professora Heloisa Helena Baldy dos Reis, jogadora de futebol da equipe do Guarani Futebol Clube nos anos de 1983 e 1984. Por meio desses arquivos foi possível realizar as primeiras análises referentes a veiculação de matérias nos jornais campineiros sobre o futebol de mulheres. Essas reportagens foram importantes para dar início ao processo de busca para a concretização do objetivo proposto.

Apenas essas reportagens não bastavam para quietar as perguntas referentes ao futebol de mulheres. O segundo passo foi ir até o Centro de Memória da Unicamp (CMU) a fim de conseguir as fontes e mais reportagens completas, mas infelizmente não havia no arquivo as publicações das datas propostas para a pesquisa. Desse modo, por ser um período histórico no qual a maior parte de seu conteúdo não se encontra acessível em sua forma digital e/ou impressa, a análise do material foi possível por meio da verificação dos jornais Correio Popular e Diário do Povo, cuja existência dava-se pelo processo de microfilmagem[4], em posse da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), com sede na cidade de Campinas. Assim, sem a posse de todas as reportagens necessárias, entrei em contato com a RAC para verificar a disponibilidade de acesso ao arquivo. Por telefone, agendei com o funcionário responsável pelo acervo da RAC.

O período analisado nas idas à RAC compreende de agosto de 1983 a junho de 1984, período em que se iniciou as atividades do futebol de mulheres em Campinas e seu respectivo término no ano de 1984 (MOURA, 2003).

As reportagens foram encontradas em nove dias de visitas ao acervo, computando 27 horas no total. Para encontrar as reportagens, era necessário verificar cada microfilme, dia por dia, mês por mês, até localizar alguma reportagem que retratasse o futebol de mulheres. As reportagens encontradas em microfilmes, foram impressas em folha sulfite, pois não era possível de serem digitalizadas.

[4] BRASIL. Decreto n. 1.799, de 30 de Janeiro de 1996. Art. 3° Entende-se por microfilme, para fins deste Decreto, o resultado do processo de reprodução em filme, de documentos, dados e imagens, por meios fotográficos ou eletrônicos, em diferentes graus de redução. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/entidades-sociais/microfilmagem/anexos/1996decreto1799.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Após a pré-análise das reportagens e a codificação delas, as categorias encontradas no tratamento das reportagens foram classificadas como "exaltação" da referida equipe, o "profissionalismo" em que o futebol de mulheres é visto, o "apoio" da diretoria e dos familiares de várias jogadoras, e por último, "erotização" das jogadoras. Tais categorias serão discutidas ao longo da monografia.

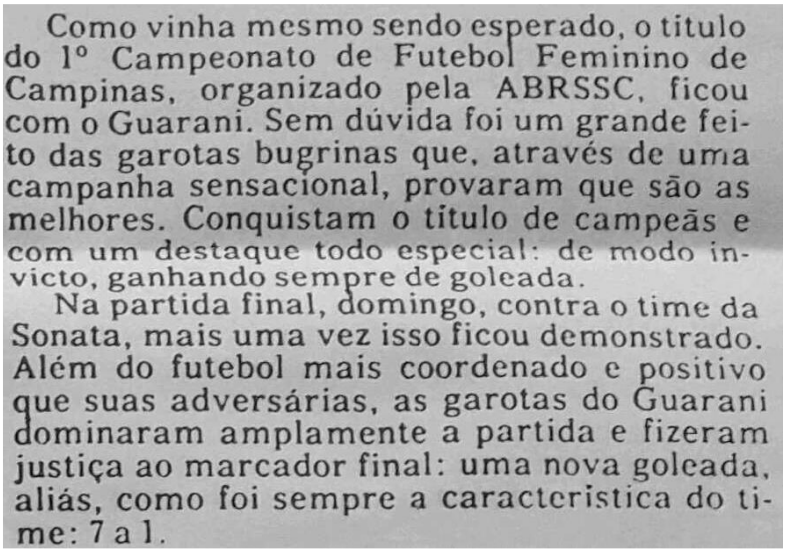
Por meio das reportagens analisadas, foi possível observar a ascensão do futebol de mulheres em Campinas após a liberação legal da prática, tendo como principal equipe o Guarani Futebol Clube. Tal ascensão só foi possível porque a Associação Beneficente e Recreativa dos Subtenentes e Sargentos de Campinas (ABRSSC) deu o pontapé inicial na promoção de torneios e campeonatos de futebol de mulheres na cidade de Campinas e região. Outros campeonatos ocorreram e impulsionaram a criação e o surgimento de novas equipes de futebol feminino. Ainda hoje o Guarani Futebol Clube é uma referência no futebol de mulheres no Brasil, pois sempre esteve presente no cenário futebolístico, com os avanços e retrocessos na maneira que o clube lida com as equipes femininas.

Uma diferença a ser ressaltada entre o Guarani e outros clubes foi ter uma comissão técnica de associados do clube. Cujo primeiro técnico, que no início acumulava também o cargo de diretor do departamento, foi Ariovaldo Gonçalves, apelidado de Ari. Antes mesmo do 1º Campeonato de Futebol Feminino da Liga Campineira de Futebol (LCF), ocorrido de novembro a dezembro de 1983, Ari deixou a equipe, sendo substituído por Erasmo, que exercia a função de preparador físico. Em 28 de janeiro de 1984, assumiu o comando da equipe Fefeco (Francisco Augusto Bafero), professor da Assessoria Técnica da Reitoria para a Educação Física e Esportes (ATREFE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) que desempenhou voluntariamente o trabalho de técnico da equipe. Após alguns meses, Airton Antonio Rossetto, também professor da Unicamp, juntou-se a equipe técnica, atuando como preparador físico. Em abril, com a saída de Fefeco do time, Airton assumiu o cargo de técnico. Ambos compuseram a comissão técnica do Guarani Futebol Clube sob a direção do jovem diretor de futebol feminino Romeu Carvalho de Castro[5]. Assim, o Guarani foi o primeiro clube feminino do interior a compor uma comissão técnica formada por profissionais, com formação universitária em Educação Física.

[5] Na época, com apenas 16 anos de idade.

Com base nas análises das reportagens encontradas, foi possível constatar a exaltação que o jornal Correio Popular fez da equipe do Guarani Futebol Clube, dando importância e destaque para os resultados de goleadas exercidas pelas jogadoras bugrinas, conforme reportagens a seguir:

Figura 4 − Reportagem

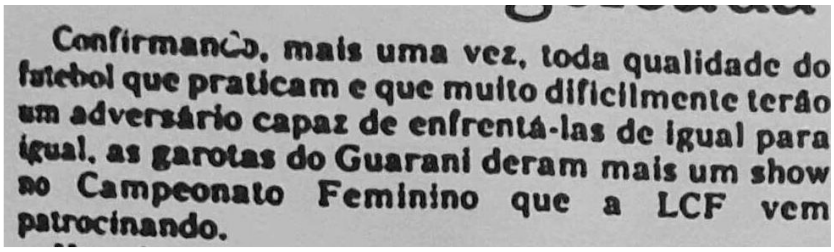


Como vinha mesmo sendo esperado, o título do 1º Campeonato de Futebol Feminino de Campinas, organizado pela ABRSSC, ficou com o Guarani. Sem dúvida foi um grande feito das garotas bugrinas que, através de uma campanha sensacional, provaram que são as melhores. Conquistam o título de campeãs e com um destaque todo especial: de modo invicto, ganhando sempre de goleada.

Na partida final, domingo, contra o time da Sonata, mais uma vez isso ficou demonstrado. Além do futebol mais coordenado e positivo que suas adversárias, as garotas do Guarani dominaram amplamente a partida e fizeram justiça ao marcador final: uma nova goleada, aliás, como foi sempre a característica do time: 7 a 1.

Fonte: Correio Popular (agosto de 1983).

Figura 5 − Reportagem

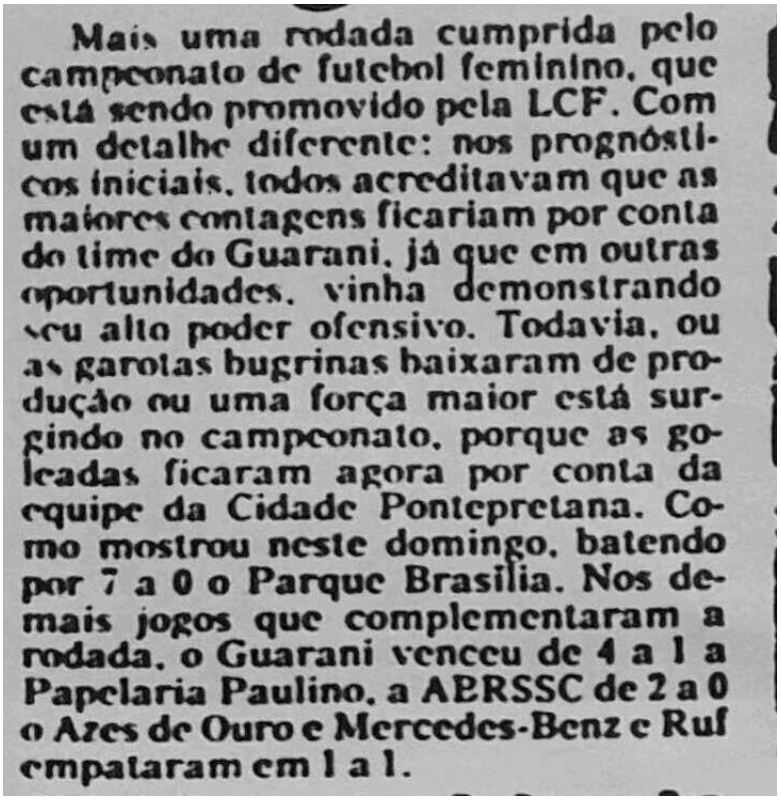


Confirmando, mais uma vez, toda qualidade do futebol que praticam e que muito dificilmente terão um adversário capaz de enfrentá-las de igual para igual, as garotas do Guarani deram mais um show no Campeonato Feminino que a LCF vem patrocinando.

Fonte: Correio Popular (novembro de 1983).

Esse discurso é recorrente e dominante nas reportagens observadas no período de 1983 a 1984. Se tomarmos como exemplo as goleadas, é de se pensar até em que momento essas goleadas são determinantes para a visibilidade do futebol de mulheres, se considerarmos como uma obrigação da equipe bugrina ganhar as partidas, como é observado em:

Figura 6 − Reportagem

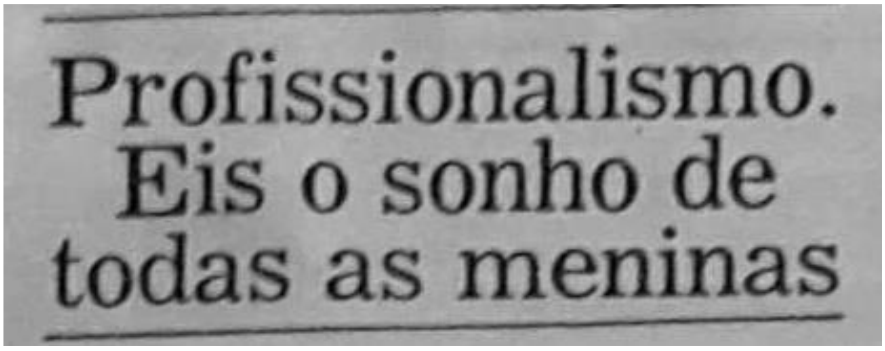


Mais uma rodada cumprida pelo campeonato de futebol feminino, que está sendo promovido pela LCF. Com um detalhe diferente: nos prognósticos iniciais, todos acreditavam que as maiores contagens ficariam por conta do time do Guarani, já que em outras oportunidades, vinha demonstrando seu alto poder ofensivo. Todavia, ou as garotas bugrinas baixaram de produção ou uma força maior está surgindo no campeonato, porque as goleadas ficaram agora por conta da equipe da Cidade Pontepretana. Como mostrou neste domingo, batendo por 7 a 0 o Parque Brasília. Nos demais jogos que complementaram a rodada, o Guarani venceu de 4 a 1 a Papelaria Paulino, a ABRSSC de 2 a 0 o Azes de Ouro e Mercedes-Benz e Ruf empataram em 1 a 1.

Fonte: Correio Popular (novembro de 1983).

Conforme analisado nas reportagens o profissionalismo era encarado como um sonho por parte das jogadoras, porém, Souza Júnior (2013) relata essa ambiguidade entre amadorismo e profissionalismo no futebol praticado por mulheres no Brasil. O próprio jornal Correio Popular retratou o assunto em uma matéria intitulada "Profissionalismo, Eis o sonho de todas as meninas" (Figura 7), demonstrando o desejo das jogadoras em se tornarem profissionais na modalidade. Essa temática será melhor discutida no capítulo seguinte.

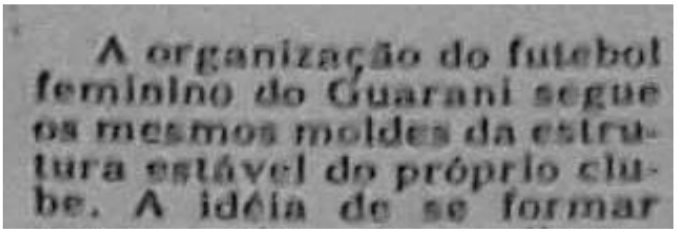
Figura 7 – Título da reportagem



Fonte: Correio Popular (setembro de 1983).

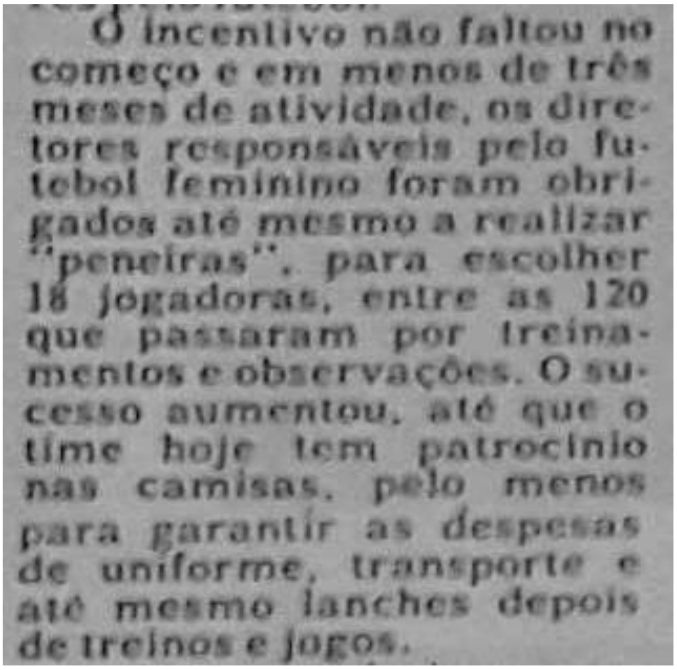
O apoio da presidência e do primeiro diretor de futebol do clube, Ari, foi encontrado nas matérias jornalísticas de maneira contraditória. Se por um lado o Correio Popular relatou a iniciativa de organização do time no início, por outro lado, foi observado o pedido de mais apoio do clube por algumas jogadoras em reportagens do Diário do Povo e do Correio Popular, até mesmo algumas delas relataram a falta de apoio familiar para a prática do futebol (Figuras 8, 9 e 10).

Figura 8 − Reportagem


A organização do futebol feminino do Guarani segue os mesmos moldes da estrutura estável do próprio clube. A idéia de se formar

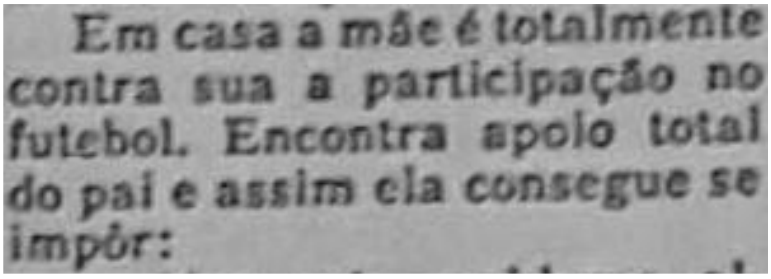
Fonte: Correio Popular (setembro de 1983).

Figura 9 − Reportagem


O incentivo não faltou no começo e em menos de três meses de atividade, os diretores responsáveis pelo futebol feminino foram obrigados até mesmo a realizar "peneiras", para escolher 18 jogadoras, entre as 120 que passaram por treinamentos e observações. O sucesso aumentou, até que o time hoje tem patrocínio nas camisas, pelo menos para garantir as despesas de uniforme, transporte e até mesmo lanches depois de treinos e jogos.

Fonte: Correio Popular (setembro de 1983).

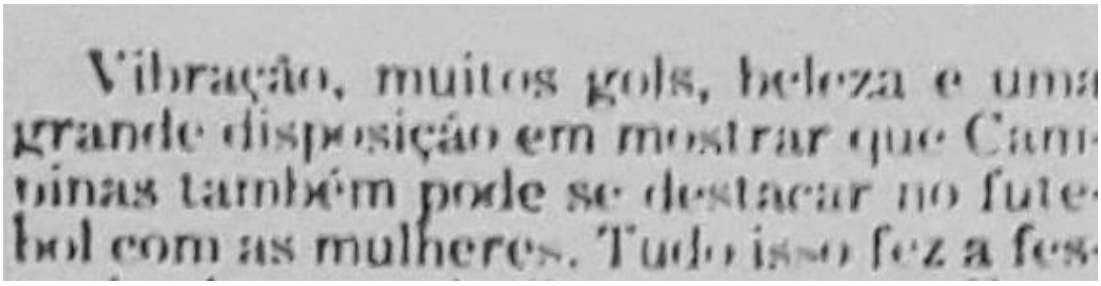
Figura 10 − Reportagem


Em casa a mãe é totalmente contra sua a participação no futebol. Encontra apoio total do pai e assim ela consegue se impôr:

Fonte: Correio Popular (setembro de 1983).

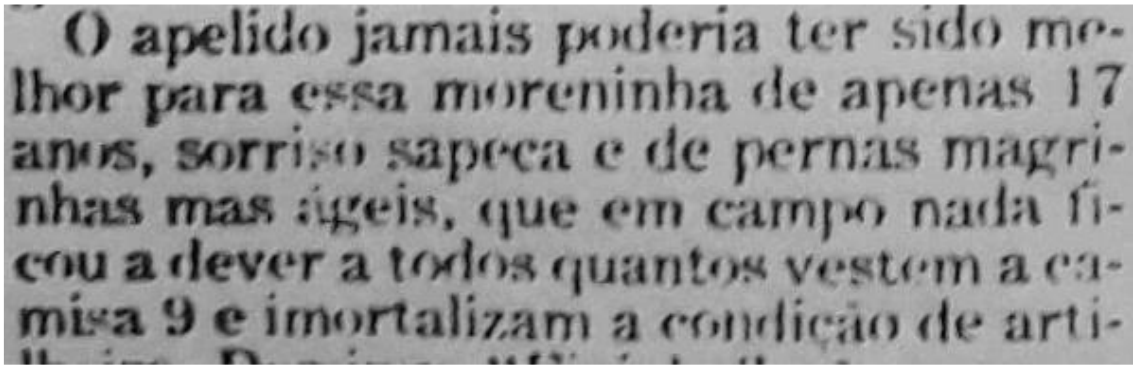
Outro dado relevante das análises das reportagens, em especial as do Diário do Povo, foi a erotização das jogadoras, pois fica perceptível a importância dada nas matérias (Figuras 11 e 12) a determinadas características do corpo das jogadoras (GOELLNER, 2005b), ao invés de uma abordagem sobre as qualidades técnicas das atletas, por exemplo. Em um dos títulos, "Na preliminar, a graça e o talento no derbi feminino" (Diário do Povo, dezembro de 1983), a utilização da palavra "graça" (Figura 13) exemplifica esse tratamento não técnico.

Figura 11 − Reportagem


Vibração, muitos gols, beleza e uma grande disposição em mostrar que Campinas também pode se destacar no futebol com as mulheres. Tudo isso fez a fes-

Fonte: Diário do Povo (novembro de 1983).

Figura 12 − Reportagem


O apelido jamais poderia ter sido melhor para essa moreninha de apenas 17 anos, sorriso sapeca e de pernas magrinhas mas ágeis, que em campo nada ficou a dever a todos quantos vestem a camisa 9 e imortalizam a condição de arti-

Fonte: Diário do Povo (novembro de 1983).

Figura 13 – Título da reportagem

Na preliminar, a graça e o talento no derbi feminino

Fonte: Diário do Povo (dezembro de 1983).

No material jornalístico analisado não foi possível identificar o verdadeiro motivo de extinção da equipe bugrina, todavia, Moura (2003) relata o término da equipe no ano de 1984 por questões ligadas à política interna do clube.

Recentemente, a participação de mulheres na esfera esportiva aumentou, porém essa participação ainda é minoritária, como a falta de mulheres ocupando grandes cargos de gestão ou comissão técnica, ou ainda, o tratamento estereotipado e escasso dado pela mídia. Esse tratamento desigual em relação aos esportes praticados por homens também foi observado nas reportagens analisadas, pois, em sua maioria, elas eram publicadas na sessão “amadorismo”.

4. PROFISSIONALISMO: UM DIÁLOGO ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Como já mencionado, o futebol profissionalizado tem seu início em 1885 na Inglaterra com o interesse dos espectadores em pagar para assistir aos jogos, enquanto no Brasil, o esporte passa a ser tratado como profissional no ano 1933 (REIS, 2006).

Segundo Souza Júnior (2013), na legislação brasileira, somente com o decreto n. 53.820/1964 iniciou-se a abordagem de relações trabalhistas aos atletas. Esse período já sofria influência das leis trabalhistas e das diretrizes do esporte brasileiro com o decreto n. 3.199/1941 (BRASIL, 1941). Nesse sentido, destaca-se o termo passe, cuja finalidade era de segurar o atleta profissional em determinado clube para que cumprisse determinadas obrigações em prol desse clube empregador (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Analisando as reportagens, o termo profissionalismo já era mencionado pelas atletas do Guarani Futebol Clube, em um cenário legislativo esportivo brasileiro que abria margem a esperança das atletas profissionalizarem-se. Isso é comprovado na reportagem do dia 4 de setembro do ano de 1983, com o título "Profissionalismo, Eis um sonho" (Correio Popular, Setembro de 1983).

Ainda sobre a legislação esportiva, no ano de 1993, a lei n. 8.672/1993 (BRASIL, 1993), conhecida como Lei Zico, trouxe em sua redação, especificamente no capítulo III, o qual diz respeito a conceituação e finalidade do esporte, em seu artigo 4º, parágrafo único, a classificação do esporte em dois campos: o campo profissional e o campo não profissional, o último se desdobrando em semiprofissional e amador. De acordo com a Lei Zico, semiprofissional era todo atleta que recebia algum tipo de incentivo material sem contrato de trabalho.

A Lei Zico contribuiu para a profissionalização do atleta praticante de futebol, porém, a Lei sofreu vetos e alterações que ocasionaram lacunas em sua redação. Como forma de melhorar o suporte ao atleta futebolista, surge, no ano de 1998, a conhecida Lei Pelé n. 9.615/1998, cuja redação prevê que o atleta profissional deve ter seu contrato de trabalho de acordo com as leis trabalhistas na tentativa de melhorar a condição de trabalho do jogador de futebol, tendo como objetivo acabar com a lei do passe (SOUZA JÚNIOR, 2013).

A Lei Pelé passou por três revisões, sendo a primeira mais significativa no tocante futebol de mulheres. É a lei n. 9.981 de 2000 (BRASIL, 2000), que retira de sua

redação o termo amador, passando a existir apenas os termos profissional e não profissional para se referir ao futebol. A diferença entre esses termos é o contrato de trabalho entre atleta e clube, sendo considerado não profissional quando o atleta dispõe de incentivo material e patrocinador, mas sem contrato de trabalho (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Com o intuito de valorizar cada vez mais o atleta profissional, a segunda revisão da Lei Pelé, lei n. 10.672/2003 (BRASIL, 2003), encara por competição profissional as provas que há obtenção de renda e são disputadas por atletas profissionais, os quais possuem contrato de trabalho desportivo. Já a terceira revisão, a lei n. 12.395/2011, preocupa-se em legalizar apenas a modalidade futebol, tornando as demais modalidades facultativas (BRASIL, 2011). Tal lei revoga a Lei Trabalhista de 1976, e passa a considerar atleta profissional apenas os jogadores que possuem o contrato de trabalho desportivo reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade responsável por administrar o futebol no Brasil junto com um vínculo empregatício com um clube (este vinculado à CBF).

Atualmente, o modelo proposto pela Lei Pelé assegura que o futebol é a única modalidade esportiva que obriga a profissionalização dos atletas, caso se enquadrem em um regime de trabalho designado pela referida lei. Na medida em que muitas mulheres assumem em seus clubes as mesmas rotinas de trabalho de jogadores homens, mas não têm seu vínculo empregatício e sua condição de profissional reconhecida, como eles, a condição delas torna-se inconstitucional, já que a Carta Magna brasileira não distingue direitos por sexo.

A primeira lei que tem em sua redação a preocupação com o termo "futebol feminino" é a lei n. 13.155/2015 (BRASIL, 2015), conhecida como Profut, a qual diz que o clube, para ter benefício dessa lei, necessita de algumas obrigatoriedades, uma delas, ressaltada na Seção I – Disposições Gerais, em seu artigo 4º, diz sobre o investimento mínimo para o futebol feminino:

> Art. 4º Para que as entidades desportivas profissionais de futebol mantenham-se no Profut, serão exigidas as seguintes condições:
>
> [...] X – manutenção de **investimento mínimo** na formação de atletas e no **futebol feminino** e oferta de ingressos a preços populares [...]. (BRASIL, 2015, grifos meus)

Corroboro Souza Júnior (2013) quando diz ser a CBF uma das responsáveis pela prática de futebol de mulheres ainda ser considerado amador. A Federação Paulista, entidade vinculada à CBF, contrariando a Lei Pelé, ainda trata as futebolistas que participam do Campeonato Paulista de Futebol Feminino como amadoras:

> REGULAMENTO ESPECÍFICO DO 19º CAMPEONATO PAULISTA DE FUTEBOL FEMININO - PRIMEIRA DIVISÃO - 2017
>
> DA DENOMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO
>
> Art. 1º - O 19º Campeonato Paulista de Futebol Feminino - Primeira Divisão, competição amadora da temporada de 2017 será disputada pelos 16 (dezesseis) Clubes, obedecendo às normas constantes deste REC, bem como do RGC da FPF, parte integrante e indissociável deste REC. (FPF, 2017)

Ao permitir e omitir uma interferência pelo uso equivocado[6] do termo amador no seu regulamento, a CBF não cobra da Federação Paulista de Futebol o tratamento adequado às jogadoras, não prevalecendo o que diz a legislação brasileira desportiva, contrariando assim, a Lei Pelé. Desse modo, a maioria das atletas de futebol não possuem, até hoje, a carteira de trabalho assinada, escamoteados pelo regulamento que diz que a competição é amadora, pressupõe a não obrigatoriedade de os clubes cumprirem a lei.

O cenário atual do futebol de mulheres parece ser de mudanças. Neste ano, o clube Ferroviária de Araraquara (Figura 14) possui em seu elenco seis atletas com carteira assinada[7]. Todo o elenco do Corinthians e do São Paulo possuem registro de trabalho. No entanto, na cidade de Campinas, a principal equipe no ano de 2017, a Associação Atlética Ponte Preta, não registrou suas futebolistas.

[6] Equivocado porque segundo o direito desportivo no Brasil o(a) atleta é ou não profissional e não a modalidade esportiva.

[7] Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/726373_ferroviaria-assina-carteira-de-seis-jogadoras-do-futebol-feminino>. Acesso em: 27 out. 2017.

Figura 14 – Equipe da Ferroviária de Araraquara

Fonte: ESPN. Disponível em: <http://espn.uol.com.br/noticia/726373_ferroviaria-assina-carteira-de-seis-jogadoras-do-futebol-feminino>. Acesso em: 27 out. 2017.

Em análise, a década de 1980 foi importante para o futebol de mulheres e os frutos estão sendo colhidos até hoje. Até mesmo, por exemplo, com a continuidade no trabalho relacionado ao futebol de mulheres por ex-atletas da equipe dos anos 1980, como a ex-futebolista Ana Gonçalves, que hoje realiza ações para maior visibilidade ao futebol de mulheres junto a equipe da Ponte Preta. Atuando como técnica, Ana disputou o Campeonato Brasileiro Feminino A-1 de 2017 e o Campeonato Paulista Feminino 2017[8]. Outro exemplo é a professora Heloisa Helena Baldy dos Reis que orienta e desenvolve pesquisas de futebol de mulheres desde o ano de 1995, após ter encerrado sua carreira de futebolista em 1984 e de árbitra de futebol de campo em 1986 e de futebol de salão em 1988.

São iniciativas como as dos clubes mencionados anteriormente que levam o futebol de mulheres cada vez mais próximo de um caminho dentro das leis, com cada vez mais atletas tendo o justo e legítimo registro profissional. Ainda há muito caminho a

[8] Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/sp/campinas-e-regiao/futebol/times/ponte-preta/noticia/2017/03/em-parceria-com-valinhos-ponte-preta-apresenta-time-feminino-para-brasileiro.html>. Acesso em: 26 out. 2017.

percorrer. O primeiro passo foi dado, mas as entidades, clubes e dirigentes tem de cumprir seus deveres, garantir às futebolistas profissionais o que é direito delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação feminina no futebol data desde meados do século XIX, momento em que a sociedade brasileira conservadora condenava a participação da mulher em diversos campos sociais, entre eles a prática esportiva (GOELLNER, 2005a).

A proibição legal da prática do futebol não impediu que mulheres, como as citadas por Moura (2003), do subúrbio do Rio de Janeiro jogassem. O que era impedido era a organização de campeonatos e ligas, portanto, não foi encontrado relatos de realização desse tipo de evento durante o período da proibição. Segundo as pesquisas feitas, a sociedade crítica brasileira era contra a prática do futebol de mulheres com a justificativa de ser uma atividade violenta.

Por meio das reportagens analisadas, foi possível observar a ascensão do futebol de mulheres em Campinas após a liberação da sua prática legal, tendo como principal equipe o Guarani Futebol Clube. O time de Campinas sempre esteve presente no cenário futebolístico, mesmo com os avanços e retrocessos do clube em relação ao futebol de mulheres.

O futebol de mulheres já passou por mudanças e, mesmo que a passos curtos, cresce a cada ano, a cada campeonato (como o caso dos clubes que profissionalizaram suas futebolistas citadas nesta monografia), porém, não se deve parar os questionamentos por aqui e sim buscar a equidade de gênero nos cenários futebolísticos e demais modalidades esportivas, lutar pelos direitos, sem o discurso vitimista utilizado muitas vezes na mídia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o pais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abril 1941. Capítulo IX, artigo 54. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Deliberação n. 10, de 21 de dezembro de 1979. Conselho Nacional de Desportos. Baixa instruções às entidades desportivas do país para a prática de desportos pelas mulheres. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1979, Seção I, p. 20.220. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3438879/pg-92-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-31-12-1979/pdfView>. Acesso em: 26 jan. 2017.

_____. Lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 1993, Seção 1, p. 9.379. (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mar. 1998, Seção 1, p. 1. (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1998/lei-9615-24-marco-1998-351240-publicacaooriginal-1-pl.html >. Acesso em: 04 jan. 2017.

_____. Lei n. 9.981, de 14 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2000, Seção 1, p. 1. (Publicação Original). Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9981-14-julho-2000-369220-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Lei n. 10.672, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2003, Seção 1, p. 3. (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.672.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

_____. Lei n. 12.395, de 16 de março de 2011. Altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e n. 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 2011, Seção 1, p. 1. (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12395.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

_____. Lei n. 13.155 de 4 de agosto de 2015. Estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol; institui parcelamentos especiais para recuperação de dívidas pela União, cria a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT; dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais; cria a Loteria Exclusiva - LOTEX; altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, n. 8.212, de 24 de julho de 1991, n. 10.671, de 15 de maio de 2003, n. 10.891, de 9 de julho de 2004, n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, e n. 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e os Decretos-Leis n. 3.688, de 3 de outubro de 1941, e n. 204, de 27 de fevereiro de 1967; revoga a Medida Provisória n. 669, de 26 de fevereiro de 2015; cria programa de iniciação esportiva escolar; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 ago. 2015, Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13155.htm>. Acesso em: 22 out. 2017.

DA COSTA, Leda Maria. O que é uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. **Esporte e sociedade**, Rio de Janeiro: UFF, v. 2, n. 4, nov. 2006-fev. 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es405.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2017.

FPF. **Regulamento Específico do 19º Campeonato Paulista de Futebol Feminino** – Primeira Divisão – 2017. Disponível em: <http://2016.fpf.org.br/arquivos/201703/1405498498.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

FRANZINI, Fábio. **As raízes do país do futebol**: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2000.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia: UFG, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan.-jun. 2005a.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo: USP, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005b.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, Paula; BOTELHO-GOMES, Paula. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no jornalismo esportivo de Portugal: um estudo sobre a Algarve Women´s Football Cup. 2013. **Movimento**, Porto Alegre: UFRGS, v. 19, n. 3, p. 171-189, jul.-set. 2013. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/085834_36653-163031-1-PB.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

KESSLER, Cláudia Samuel. Se é futebol é masculino? In: Seminário Nacional de Sociologia e Política: pluralidade e garantia dos direitos humanos, 4., set. 2012, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2012. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/d96dce_be418eb4256f4db3b614c99f28bb95bd.pdf>. Acesso em 7 ago. 2017.

MOURA, Eriberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol e gênero.** Dissertação. (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/170355_Moura%20(M)%20-%20As%20relacoes%20entre%20lazer,%20futebol%20e%20genero.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

REIS, Heloisa Helena Baldy. **Futebol e Sociedade**: as manifestações da torcida. Tese. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: < http://www.fef.unicamp.br/fef/pdf/posgraduacao/gruposdepesquisa/gef/Reis,Helo%C3%ADsaHelenaBalbydos%20%28doutorado%29.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2017.

REIS, Heloisa Helena Baldy; ESCHER Thiago Aragão. **Futebol e Sociedade**. Brasília: Liber Livros, 2006.

SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira de. **Futebol como projeto profissional de mulheres**: interpretações da busca pela legitimidade. Tese. (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/Souza_Jr._-_Futebol_como_projeto_profissional_de_mulheres.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

FONTES

Arquivo pessoal Heloisa Helena Baldy dos Reis, 1983 e 1984

Jornal Correio Popular, 1983 e 1984

Jornal Diário do Povo, 1983 e 1984

Revista Placar, outubro de 1983